

TEORIA CRÍTICA DA SENSIBILIDADE E CONTRAPARTIDAS INCONGRUENTES EM KANT*

Kant's critical theory of sensibility and incongruent counterparts

Marcos César Seneda**

Universidade Federal de Uberlândia
mseneda@ufu.br

Resumo: A Estética Transcendental é uma peça chave no programa de pesquisa que Kant desenvolveu e nomeou de filosofia transcendental. Ela se anuncia na *Dissertação* de 1770 e se configura de forma bem explícita na primeira edição da *Crítica da razão pura*, de 1781. O modo como Kant a concebeu permitiu-lhe separar radicalmente intelecto e sensibilidade, mas seria importante compreender a raiz dessa separação. Nesse texto procuramos mostrar que o opúsculo “Sobre o primeiro fundamento da distinção de direções no espaço”, de 1768, traz características bastante decisivas para a estética proposta no período crítico. Para evidenciar isso, expusemos ideias marcantes do texto sobre as contrapartidas incongruentes e as cotejamos com as reflexões expostas nos itens 3 e 4 relativos à Exposição Metafísica do conceito de espaço e aquelas apresentadas nos itens 4 e 5 relativos à Exposição Metafísica do conceito de tempo.

Palavras-chave: Kant; contrapartidas incongruentes; Estética Transcendental; espaço; tempo.

Abstract: The Transcendental Aesthetics is a key piece in the research program that Kant developed and that he named as transcendental philosophy. It is announced in the *Inaugural Dissertation* of 1770 and it is very explicitly described in the *Critique of Pure Reason*, first published in 1781. As conceived by Kant, the aesthetics allowed him to radically separate intellect and sensibility, but we also think that it would be important to understand the root of this separation. In this paper we try to show that the little 1768 text, that was titled "Concerning the Ultimate Ground of the Differentiation of Directions in Space", has quite decisive characteristics for the aesthetics proposed in the critical period. To illustrate this, we presented central ideas from the text about the incongruent counterparts. Our purpose will be to compare them with items 3 and 4 of the Metaphysical Exposition of the concept of space and with items 4 and 5 of the Metaphysical Exposition of the concept of time.

Keywords: Kant; incongruent counterparts; Transcendental Aesthetics; space; time.

1. Introdução

Em Kant há efetivamente uma descoberta de propriedades do espaço e do tempo que não podem ser encontradas em Newton e Euler. E essa descoberta é radicalmente fecunda porque ela não se apoia diretamente nos métodos da física e da mecânica, mas é de cunho filosófico. A pergunta básica, importantíssima, comum a Kant e aos físicos ou

* Este trabalho apresenta resultados parciais de um projeto de pesquisa financiado pelo Edital Universal da FAPEMIG – Fundação de Apoio à Pesquisa de Minas Gerais.

** Doutor em Filosofia pela UNICAMP. Professor Associado do Instituto de Filosofia (IFILO) e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGFIL) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

filósofos naturais, é sobre o que deve ser, ou melhor, sobre o como deve ser representado tempo e espaço para que o movimento possa exibir certas características e possa ser calculado por certas ferramentas matemáticas. No entanto, Kant opera conscientemente com uma oposição nunca explícita nesses outros autores, a saber, entre matemática e lógica, entre o intuitivo e o discursivo, ou, com a distinção formulada no *Preisschrift* (Kant, 2005c), de 1764, e que jamais o abandonou, a saber, entre conhecimento por conceitos e por construção de conceitos. A pergunta radical de Kant pode ser formulada assim: porque espaço e tempo têm de ser intuições puras a priori? E para respondê-la Kant não só elabora como também arquiteta correlações equivalentes entre espaço e tempo na Exposição Metafísica que expõe esses elementos básicos da Estética Transcendental. Mas toda a exposição está calcada na oposição entre conhecimento intuitivo e conhecimento discursivo, que somente pode ser explicitada no interior do sistema kantiano. Ou seja, na Exposição Metafísica Kant se mostra apto para extrair as consequências não conceituais que podem ser inseridas na gênese da reflexão sobre os conceitos de espaço e tempo. O arcabouço dessa oposição é de invenção de Kant, por isso ela lhe permite levantar questões que nem os filósofos nem os cientistas de profissão se mostraram aptos a formular e a responder.

Por esse motivo Kant não pode ser comparado com outros filósofos e físicos simplesmente do ponto de vista dessa sempre reformulada questão capital: como deve ser concebida nossa representação do espaço e do tempo quando assimiladas no interior da física e da cosmologia? Se isso ocorre, é porque Kant tem uma exposição metafísica sobre o que teriam de ser as determinações não conceituais de espaço e tempo.

Caso isso não seja claramente percebido, poderemos assumir a representativa visão de que a Exposição Metafísica pode ser meramente derivada da Exposição Transcendental, como se, numa regressão pela via analítica, ela pudesse ser projetada como uma base resolutiva, meta-teórica dos problemas epistêmicos da física e da matemática. Ora, isso encobre a radicalidade do problema da Estética em Kant¹, e ela

¹ Essa radicalidade da Estética é uma tese bastante controversa entre os comentadores de Kant. Para que esse texto não incida em uma longa digressão ou extensa nota de rodapé, salientamos que, sobre esse ponto, consideramos bastante esclarecedora a posição de Fichant (1997; 1999). Ambos os textos, indicados na bibliografia, trabalham detalhadamente essa questão. Concordamos com o autor particularmente quando afirma: “a anterioridade irredutível da Estética é a condição para que a Lógica seja uma Lógica *da verdade*. De onde deve também resultar a prioridade da exposição metafísica do espaço sobre sua exposição transcendental” (Fichant, 1997, p. 46). Posição inversa a de Fichant pode ser encontrada em E. Dufour e J. Servois, que sustentam o seguinte: “Se é bem evidente que o espaço estético

decorre da oposição geratriz de sua obra entre intelecto e sensibilidade. É claro que a Exposição Metafísica é plenamente compatível com a Exposição Transcendental, mas ela não é projetada em função dos sucessos da física newtoniana, mas como decorrência da estudadíssima aferição das propriedades não analíticas dos conceitos de espaço e de tempo, que ocuparam a atenção filosófica de Kant em todo o decorrer da década de 60.

Uma das grandes dificuldades que envolve a Estética Transcendental é a de entender a origem desse texto, ou, mais propriamente, da reflexão que o constitui². A Estética Transcendental surge na base do programa de pesquisa que Kant elaborou para investigar a possibilidade da Metafísica, e uma vez estabelecida, recebendo depois pequenos ajustes, jamais se dissolveu como base de referência das reflexões do autor. É natural, portanto, que nos indaguemos sobre as condições de sua origem. Ela se apresentou como um todo à concepção de Kant, ou foi surgindo passo a passo no decorrer de sua reflexão? Se se apresentou como um todo, qual é o texto que a referencia e institui? Se surgiu passo a passo, quais os momentos de explicitação em que ela deve ser colhida?

2. Uma descoberta acidental (1768)

Quase nada anuncia a estética criticada no decorrer da obra levada a cabo na década de 60, a não ser um opúsculo de 1768. É claro que uma década fecunda como a de 1760 pode ser revisitada por muitos inusitados ângulos cognitivos, mas encontrar ali algo que dissesse respeito diretamente à Estética dependeria de um árduo e engenhoso artifício de hermenêutica. Isso não impede que novos ângulos de investigação desse problema sejam projetados³.

não é o espaço de nossa percepção, *o próprio projeto* de extrair o espaço como forma faz necessariamente do espaço um espaço geométrico” (2005, p. 169). O uso da própria terminologia empregada por Fichant, espaço estético *versus* espaço geométrico, parece estabelecer um debate direto com o autor, embora Dufour e Servois mantenham essa relação latente na maior parte do texto.

² Partimos do pressuposto aqui de que o texto sobre as contrapartidas incongruentes pode ser tomado como um importante elo na gênese das reflexões que conduziram Kant a propor uma teoria crítica da sensibilidade. Sobre esse contexto da descoberta, K. D. Wilson, por exemplo afirma: “[...] no entanto, a relação entre imediatidade e singularidade, como critérios definidores da intuição, nunca é, tanto quanto eu saiba, tornada explícita por Kant” (1975, p. 247). Trata-se de um artigo clássico e muito elucidativo sobre o assunto, mas destituído de qualquer aferição da gênese histórica do problema em questão, o qual então só pode aparecer ao leitor como de lavra da inventividade de Kant. Consideramos que o texto de 1768 tem características muito pertinentes para situar o contexto de descoberta da estética criticada.

³ Silvestro Marcucci, por exemplo, no livro *Kant et le scienze*, ao reunir os textos sobre as contrapartidas incongruentes, coloca em sua base uma extensa passagem da “primeira seção” (Marcucci, 1977, pp. 119-122) do texto de 1763 (Kant, 2005b), sobre as grandezas negativas. O fio condutor, não explicitado aí

Não é objetivo do presente trabalho examinar o êxito da solução kantiana descoberta em 1768, mas explicitar a estratégia subjacente a esse escrito. Pensamos que esse procedimento se justifica por dois motivos. Primeiro, trata-se de um problema de fato, que, independentemente das variáveis que puderem vir a ser nele inseridas (como o espaço não orientado), retém consigo o seu caráter paradoxal. Trata-se do único problema de fato, do qual encontramos registro explícito em Kant, que o teria forçado a deslocar tempo e espaço para o âmbito da sensibilidade, dando-lhes sentido e referência transcendentais. Sem a demarcação desse problema, insolúvel no registro teórico de Leibniz, tempo e espaço jamais poderiam ser objetos de uma exposição enquanto conceitos dados (cf. Log AA 09: 143), e teriam de ser objetos de uma definição meramente nominal. Em segundo lugar, trata-se de um problema que, independentemente das soluções encontradas, persistirá assediando o pensamento de Kant e sendo o arcabouço de sustentação para a estética transcendental. Por isso seria importante perguntar, como teste de controle da leitura, se o fio condutor que unifica a Exposição Metafísica da Estética Transcendental não poderia ser retirado inteiramente do texto de Kant *Sobre o primeiro fundamento da distinção de direções no espaço*, escrito em 1768.

O recurso utilizado por Kant na edição de 1781 e explicitado na ampliação de 1787, ou seja, a partir da segunda edição da *Crítica da razão pura*, é a Exposição Metafísica, ou seja, a explicitação das notas do que um conceito contém a priori. No entanto, o recurso utilizado no texto de 1768 é justamente o inverso. Kant aqui parte de uma teoria da experiência semi a priori, ou de um experimento com objetos quase todos físicos que, curiosamente, somente devem ser examinados do ponto de vista matemático. São os argumentos construídos sobre esse experimento que conduzem a uma conclusão negativa, ou seja, eles demonstram que certas propriedades do espaço não podem ser extraídas da correlação entre as coisas existentes. Se há então que se retirar essas propriedades dessa suposta correlação entre coisas da experiência para alocá-las em outro lugar, surge então a grande dificuldade do texto sobre a “distinção das direções no espaço”, a saber: para onde transferi-las?

pelo investigador, deveria ser a descoberta do não analítico, pois é isso que pode ser depreendido do princípio que preside a agregação dos textos. Temos, assim, mais um fio condutor para investigar as contrapartidas incongruentes.

Para avaliarmos a importância do texto sobre as contrapartidas incongruentes na gênese da filosofia crítica de Kant, precisaríamos ser capazes de avaliar o impacto dele na demarcação de características salientes do pensamento crítico do autor⁴. É o que, juntamente com a apresentação do referido texto, passamos a fazer agora.

O fio condutor do texto de 1768 é um pouco trôpego. Kant principia o parágrafo segundo (GUGR AA 02: 378-379) do texto sobre as contrapartidas incongruentes submetendo o corpo humano a três secções em ângulo reto, para indicar o espaço no qual podemos nos orientar, ou seja, um espaço euclidiano recortado por três dimensões abertas perpendicularmente. Quando alcançamos os parágrafos nono e décimo (GUGR AA 02: 383), tendo já passado pela análise de vários exemplos concretos, nos encontramos no interior da posição de Newton, que pensa a disposição das coisas a

⁴ Embora seja um texto bem curto, cuja datação precede em dois anos a *Dissertação* de 1770, não se trata de tarefa fácil fazer isso. Com uma saliente exceção, a de Jill Vance Buroker (1981), é incomum que autores que comentem a relação Kant/Leibniz façam referência ao texto sobre as contrapartidas incongruentes, de 1768. Ernst Cassirer, por exemplo, comenta o papel do texto sobre as contrapartidas incongruentes na origem do idealismo transcendental de Kant, mas lê esse texto à luz de Newton e Euler, elidindo o debate de Kant com Leibniz. Desse modo, a radicalidade e a originalidade estética do texto de 1768 desaparecem quando, conforme o faz Cassirer, se “salta” da reflexão sobre o espaço diretamente para as antinomias. Obliterando o lento e dificultoso caminho da descoberta do caráter irreduzível da sensibilidade, Cassirer conclui: “O problema do espaço e do tempo converte-se, sob uma análise e consideração mais detalhada, no problema das *antinomias*” (1922, p. 621). Kemp Smith (1979, p. 161-166) circunscreve bem o problema e percebe suas implicações. Inclusive indica a novidade do texto de 1768, a saber: “No longo intervalo entre 1747 e 1768, Kant continuou a manter tal compromisso, retendo a concepção de Leibniz de que o espaço é derivativo e relativo, e rejeitando a concepção de Newton de que ele é anterior a e pré-condição de todos os corpos que nele existem” (1979, p. 162). Kemp Smith destaca que em 1768 essa relação se inverte, mas depois justifica a ausência de referência desse texto nas duas edições da *Crítica da razão pura*, de 1781 e 1787, apequenando sua importância na gênese do criticismo. Leonel Ribeiro dos Santos faz um excelente inventário da relação entre Kant e Leibniz, comentando o acesso aos textos de Leibniz e as mudanças na posição exegética de Kant. Ao fazê-lo, não deixa de comentar o modo de compreensão da relação entre intelecto e sensibilidade, que está na base do idealismo kantiano, a saber: “Dando todo o papel activo ao entendimento, a solução leibniziana padece de uma dupla ambiguidade: por um lado, confere a esta faculdade conceitos que não lhe são próprios (espaço, tempo); por outro lado, esquecendo o papel mediador da sensibilidade (e da imaginação), é levada a aplicar os produtos ideais do entendimento (conceitos) à realidade, como se entre aqueles e esta existisse uma correspondência directa e mecânica” (1994, p. 107). No entanto, o texto sobre as contrapartidas incongruentes, que representa um ponto importante na inflexão da exegese de Kant acerca de Leibniz, não é comentado. Em artigo recente, comentando o papel da geometria e da intuição espacial em Kant, Michael Friedman constrói sua interpretação apoiando-se na controvérsia entre Leibniz e Newton e na compreensão de Kant de ambos os autores. Há um excelente balanço dessas controvérsias, e no final do texto Friedman destaca: “A filosofia da geometria de Kant – vista no contexto mais geral de seu idealismo transcendental – combina importantes *insights* tanto de Leibniz como de Newton” (2012, p. 28). No entanto, ainda que haja uma fecunda análise detalhada da posição de ambos os autores, o texto de 1768 não é examinado. Note-se o seguinte, para que esse comentário não fique desfocado. Não estamos dizendo que os comentadores do texto sobre as contrapartidas incongruentes – que não são poucos (isso está bem exemplificado em Van Cleve, 1991, ou em Kauark-Leite, 2017, p. 177) – não tenham percebido a controvérsia Kant/Leibniz. Estamos apenas salientando que os que se propõem a avaliar a gênese do idealismo transcendental – que são em número muito maior do que aqueles – têm conseguido fazê-lo sendo estrategicamente elípticos ou mantendo um convicto silêncio sobre o texto de 1768.

partir do espaço absoluto. O texto insinua uma estudada luta de Kant com Leibniz, de cujas posições Kant parece ter muita dificuldade de se desprender, e ainda indica a aproximação de Kant com Newton, mas no formato de uma adesão ponderada, como a de quem adota uma solução possível mas não ideal, conforme nos deixa entrever o último parágrafo do texto.

Passemos então à análise desse texto. No introito, Leibniz, conquanto seja autor da tese que deverá ser refutada, aparece com destaque, sendo nomeado já em sua primeira linha. Mas também no primeiro parágrafo já aparece a referência de Kant “ao espaço universal absoluto (*zu dem absoluten Weltraume*)” (GUGR AA 02: 377), o que pode ser tomado como uma clara remissão a Newton. No fundo, os dois autores são as referências teóricas, das quais Kant se vale para tentar resolver um problema geométrico pouco frequentado por geômetras e quase desconhecido dos mecânicos. De que problema se trata, que seja possuidor de características tão raras? O problema diz respeito a uma distinção capital, segundo a qual haveria uma diferença irreduzível entre a posição das partes de um corpo não simétrico e a orientação espacial das suas respectivas partes.

Segue-se uma sequência de exemplos bem apropriados para o entendimento comum. Contudo, quem estivesse acostumado a estudar o Euclides ou coisa similar, dificilmente poderia tomá-los por exemplos que retratassem objetos matemáticos, pois Kant, com exceção da última referência, utiliza apenas índices empíricos, a saber: pontos cardeais e quadrantes, o nascer do sol, os cabelos no topo da cabeça, lúpulos e feijões, caracóis, direção dos ventos, roscas de parafusos, mãos humanas e – este justamente um exemplar da geometria – triângulos esféricos. Tomemos o exemplo mais célebre e mais trabalhado de Kant e por meio do qual ele define o que é uma *contrapartida incongruente*:

[...] tome-se um corpo que não seja composto de duas metades ordenadas simetricamente de acordo com um plano de intersecção único, como uma *mão humana*. Baixem-se de todos os pontos de sua superfície linhas perpendiculares a um quadro colocado em frente, e prolonguem-se as linhas do mesmo modo para trás numa distância equivalente à que há entre os pontos e o quadro; desse modo, os pontos finais da linha assim prolongada constituem (se forem ligados) a superfície de uma forma corpórea que é a contrapartida incongruente da precedente; isto é, se a mão dada é direita, então sua contrapartida é

uma [mão] esquerda. A imagem de um objeto no espelho baseia-se nos mesmos fundamentos (GUGR AA 02: 382)⁵.

Esse exemplo é muito interessante em virtude da noção de simetria aí inscrita. Cada ponto é duplicado por uma linha que parte perpendicularmente de cada ponto dado do corpo respectivo. Descrito o procedimento que se executa para cada ponto, o que se espera é a exata congruência da figura a ser formada pela projeção de cada um deles. No entanto, exibido o resultado, descobre-se que a figura obtida é a contrapartida incongruente do corpo assim copiado. A pergunta incontornável é a seguinte: Como, a partir da reprodução exata de cada ponto, resulta a exibição de uma cópia que é uma contrapartida incongruente do corpo referido?

A hipótese de Kant é a de que, em qualquer porção do espaço em que a mão direita e a mão esquerda fossem posicionadas, elas estariam sempre orientadas. Ou seja, não haveria porção do espaço absoluto que pudesse destruir, aniquilar ou desfazer essa orientação. A direção espacial inscrita em um corpo não simétrico, portanto, é uma propriedade irreduzível. Resta conhecer aquilo que é o suporte dessa propriedade: o corpo, o espaço absoluto, ou o sujeito que nele se orienta?

Kant alega que essa diferença fundamental não pode ser uma nota ou característica, porque não é de ordem conceitual. Do contrário, se assim fosse, haveria como explicar a posição do polegar, por exemplo, em uma mão direita ou esquerda, utilizando-se exclusivamente do conhecimento discursivo ou conceitual. No entanto, qualquer descrição discursiva da posição do polegar em uma mão, tomando por referência a posição dos outros dedos, jamais conseguiria estabelecer para o suposto leitor se se trata de uma mão direita ou de uma mão esquerda, porque a disposição dos dedos, na ordem de sua assimetria, é absolutamente a mesma e, portanto, indistinguível do ponto de vista conceitual. Em relação a isso, Kant argumenta o seguinte:

Pois as posições das partes do espaço nas suas relações recíprocas pressupõem *a direção para a qual estão ordenadas em tal relação*, e, num entendimento mais abstrato, a direção não consiste na relação de uma coisa no espaço com outra – o que é propriamente *o conceito de posição (der Begriff der Lage)* –, mas na relação do sistema dessas posições com o espaço universal absoluto (GUGR AA 02: 377 – os grifos são nossos).

⁵ As traduções aqui indicadas do texto “Sobre o primeiro fundamento da distinção de direções no espaço” (Kant, 1997) são de Rogério Passos Severo.

Se o espaço, conforme pressupunha Leibniz, fosse a mera relação abstraída da disposição das coisas, a simples alteração das posições das coisas alteraria a orientação das mesmas, pois a referência seria interna às posições que as coisas ocupam no espaço, sendo o espaço destituído dessa característica. Nesse sentido, direções e posições seriam intercambiáveis e redutíveis umas às outras.

Para provar que isso não poderia ocorrer, Kant opera com uma hipótese inusitada e radical, alegando o seguinte:

[...] se imaginarmos o primeiro elemento da criação como sendo uma mão humana, então necessariamente teria de ser ou direita ou esquerda, e para produzi-la seria preciso um ato diferente da causa criadora do que aquele pela qual sua contrapartida pôde ser criada. Ora, se aceitarmos a concepção de muitos filósofos recentes, principalmente alemães, segundo a qual o espaço consistiria apenas nas relações externas das partes da matéria situadas umas ao lado das outras, então no caso mencionado todo espaço efetivo seria apenas aquele que esta mão ocupa (GUGR AA 02: 382-383).

Kant excogita, com esse argumento, que se o Deus de Leibniz, por algum motivo, tivesse interrompido sua criação, deixando momentaneamente apenas uma de suas mãos espalmada no espaço, então o espaço necessário para criá-la seria somente o espaço que essa mão ocupa, pois o espaço, nesse caso, não seria nada além do que a relação da disposição entre as partes. Tal mão, por conseguinte, sendo destituída de orientação, poderia ser indiferentemente uma mão direita ou uma mão esquerda, indiscernível sem outras coisas com as quais se pudesse aferir o seu direcionamento ínsito. Kant considera essa hipótese inconcebível. O seu reverso, que aderiria ao argumento do espaço absoluto, de cunho newtoniano, operaria com a concepção de um espaço orientado. Assim, caso a divindade em outro momento retomasse sua obra, e terminasse Leibniz, inserindo-o entre as coisas já criadas, então a mão direita não serviria no braço esquerdo do filósofo, e vice-versa para o outro par de membros. O argumento principal de Kant visa a extrair as consequências dessa impossibilidade. Desse modo, se uma das mãos de Leibniz, quando situada entre outras coisas existentes e, portanto, inserida nas relações espaciais geradas entre essas coisas, tiver de ser ou uma mão direita ou uma mão esquerda, não servindo, por conseguinte, em seu braço oposto, isso significa que as direções que agora se tornaram manifestas são inerentes ao espaço, e que uma mão que

se espalma no espaço não poderia deixar de estar orientada por suas direções. Por outro lado, do ponto de vista conceitual, as duas mãos de Leibniz são “completamente similares e iguais (GUGR AA 02: 382)”, sendo indiscerníveis para qualquer apreensão meramente intelectual, pois, ao se fazer a descrição discursiva da posição de suas partes, elas surgem como absolutamente idênticas. Desse modo, o espaço, onde a direção se manifesta, teria de ser alguma coisa não conceitual, e a orientação que nele se manifesta lhe seria ínsita e irreduzível a qualquer forma de apreensão conceitual.

A tese subentendida de Kant, que mostra sempre suas facetas sem exhibir o rosto por completo, é a de que as direções inscritas nas coisas não simétricas radicam no espaço absoluto. No entanto, como para nós, conforme observa Kant, o espaço absoluto é inapreensível, aprendemos a reconhecer as direções no espaço como uma diferença interna inscrita nas próprias coisas, e podemos reconhecê-las porque passamos a identificá-las a partir de uma relação interna que aprendemos a traçar a partir de nosso próprio corpo. Portanto, essa diferença – para responder a questão acima colocada – está inscrita também nos corpos e em nós, mas radica enquanto propriedade no espaço universal absoluto.

3. A explicitação teórica de uma descoberta acidental

Kant, por conseguinte, extrai ao menos duas grandes lições do texto sobre as contrapartidas incongruentes, a saber: i) o espaço é uma coisa não conceitual e não empírica; ii) o espaço é forçosamente algo que precede suas partes⁶. Para avaliar se essas duas grandes lições são aquisições importantes do texto sobre as “contrapartidas incongruentes”, teríamos então de examinar se elas sobreviveram nos textos da *Dissertação de 1770* e da *Crítica da razão pura* nas edições de 1781 e de 1787. Para os objetivos atuais, nos deteremos apenas na edição da *Crítica da razão pura* de 1787, porque no texto da *Dissertação de 1770*, embora Kant utilize recursos da Exposição Metafísica e da Exposição Transcendental, não discrimina o que se refere a uma e outra, mas insere-as indistintamente no mesmo argumento. E o texto da primeira edição da *Crítica da razão pura* não será aqui utilizado por não ser ainda o texto definitivo.

Propomos aqui, por conseguinte, um exame comparativo dos itens 3 e 4 da Exposição Metafísica do conceito de espaço e dos itens 4 e 5 da Exposição Metafísica

⁶ O primeiro item surge de uma recusa de Kant da concepção de espaço de Leibniz; o segundo item mostra a maneira como Kant começa a incorporar o argumento do espaço absoluto de Newton.

do conceito de tempo. Nosso objetivo será mostrar que as referências a Leibniz e Newton continuam bastante vivas no texto da primeira crítica. Nosso argumento principal é que embora o texto da segunda edição da *Crítica da razão pura* seja muito mais organizado e dividido conceitualmente, ele, contudo, faz remissões a fatos probantes que só podem ser encontrados no texto das contrapartidas incongruentes de 1768.

Comparemos primeiramente o item 3 da Exposição Metafísica do conceito de espaço com o respectivo item 4 acerca do tempo. Kant principia os dois itens da mesma forma, salientando o caráter não conceitual de espaço e tempo. Kant afirma: “O espaço não é um conceito discursivo ou, como se diz, um conceito universal de relações das coisas em geral [...]” (KrV B39); e “o tempo não é um conceito discursivo ou, como se diz, um conceito universal [...]” (KrV B47)⁷. O alvo, nessas duas posições, só pode ser Leibniz⁸. Mas, sem o texto sobre as contrapartidas incongruentes como apoio, essas afirmações das respectivas Exposições Metafísicas perderiam todo o seu caráter probante, soando como mera definição nominal, porque do mesmo modo como poderiam ser afirmadas, também poderiam ser refutadas. Se Kant afirma essa tese com grande convicção, é porque sabe que os polegares das duas mãos, direita e esquerda, ficariam destituídos de orientação no espaço caso fossem descritos por recursos exclusivamente conceituais⁹. A primeira prova encontrada por Kant para separar radicalmente intelecto e sensibilidade não radica, por conseguinte, na afirmação de que o espaço seria uma intuição ou uma forma pura da intuição, pois isso seria uma definição meramente nominal, mas arrima-se no fato de que existem propriedades no espaço – como a direção para as quais se orientam as formas não simétricas – que

⁷ As traduções da *Crítica da razão pura* (1987), a partir dessas duas citações, seguem a tradução de Valério Rohden.

⁸ Amaral comenta as contribuições do texto de 1768 para a formulação do pensamento crítico de Kant, destacando justamente esse ponto: “No primeiro argumento da ‘Exposição metafísica’ do espaço – em que se pretende expor o conceito de espaço enquanto dado a priori –, Kant admite que o espaço não se trata de um conceito empírico, e tal fato já se encontra presente em 1768” (Amaral, 2016, p. 112). Entendemos que o ganho principal aí envolvido não é apenas a descoberta do caráter não empírico do espaço, mas principalmente do seu caráter não conceitual. Conquanto esse ponto seja muito importante, salientaremos em seguida outros elementos que indicam uma sobrevivência bem mais abrangente do opúsculo de 1768 na elaboração da estética transcendental exposta na primeira crítica.

⁹ Conquanto a exposição seja metafísica, ou seja, apresente aquilo que o conceito contém “enquanto dado a priori” (KrV B38), ela remete a condições de possibilidade de um fato cognitivo – as contrapartidas incongruentes – que somente pode ser circunscrito com o auxílio de diversos objetos empíricos. Ao menos, esse é o tratamento metodológico que está sendo dado aos dois textos de Kant cotejados no presente trabalho.

excedem as determinações que se podem encontrar por qualquer recurso meramente conceitual. A estética concebida radicalmente é aquela em que as representações não podem transitar por essa fronteira no equador que separa intelecto e sensibilidade, ou seja, aquela em que representações sensíveis confusas e obscuras não podem mudar de gênero, transformando-se em representações claras e distintas (conforme pressuposto por Descartes e Leibniz). Mas essa faixa intransponível, traçada por Kant no equador, que confina as representações conceituais no intelecto e as representações sensíveis na sensibilidade, seria injustificável sem os experimentos matemáticos que Kant realiza com objetos incongruentes no texto “Sobre o primeiro fundamento das direções no espaço”, de 1768, que mostra que existem propriedades não conceituais ínsitas ao espaço.

Um segundo elemento, que também procura descrever uma determinação não conceitual das representações de espaço e tempo, jaz no conceito de limitação (*Einschränkung*)¹⁰. Sobre o espaço, Kant afirma: “[Ele] é essencialmente uno; o múltiplo nele, por conseguinte também o conceito universal de espaços em geral, repousa apenas sobre limitações” (KrV B 39). Quanto ao tempo, Kant afirma: “[...] toda magnitude determinada do tempo só é possível mediante limitações de um tempo uno subjacente” (KrV B 47-48). À primeira vista, sem lermos o texto de 1768, é difícil entender o texto da Exposição Metafísica do espaço e do tempo. Mas as duas citações feitas acima prolongam o debate de Kant com Leibniz. Se recorrermos aqui ao texto do Manual dos cursos de Lógica Geral (Kant, 1998), sobre a “Origem lógica dos conceitos” (Log AA 09: 93-94), perceberemos que todas as representações totais (conceitos) são determinadas por representações parciais (notas) (Log AA 09: 93-94), obtidas pelos atos lógicos de comparação, reflexão e abstração. No entanto, nossa apreensão dos conceitos de tempo e espaço não pode ser obtida por esses atos lógicos, que são todos mediatos, mas apenas por uma limitação imediata de uma grandeza (*quantum*¹¹) dada.

¹⁰ É notável que se trata de um conceito que, conquanto seja incontornável, não apresenta relevância nos comentários sobre a Estética Transcendental. Por exemplo, dos comentadores que compõem a bibliografia do presente trabalho, apenas Lorne Falkenstein lhe atribui particular importância (1995, pp. 217-252). No entanto, é o termo designado por Kant para descrever o procedimento de delimitação de uma representação situada na esfera da intuição, e pelo qual ele estabelece uma relação entre todo e parte.

¹¹ Nos referimos aqui à distinção entre *quantum* e *quantitas*, conforme circunscrita por Dietrich (1997, pp. 28-42).

A tese da limitação de uma intuição singular tem dúplice implicação. Em primeiro lugar, para haver limitação, todas as partes de uma grandeza têm de estar contidas em si e não sob si. Esta é a divisão mais cabal que Kant encontra entre intuições e conceitos, pois ela marca a maior distância que consegue estabelecer entre sua concepção e a de Leibniz. Leibniz supõe que todas as representações podem ser redutíveis a um fundamento conceitual; Kant, por oposição, vai sustentar que existem representações cujas propriedades são irredutíveis a quaisquer fundamentos conceituais. Essa é a lição básica extraída do texto “Sobre o primeiro fundamento da distinção de direções no espaço” e construída sobre o experimento das contrapartidas incongruentes. Mas como essa lição aparecerá na Exposição Metafísica dos conceitos de tempo e espaço, a qual não pode recorrer a objetos empíricos?

Podemos encontrar aí duas formulações desse problema. No quarto item da Exposição Metafísica do conceito de espaço, Kant afirma o seguinte:

Ora, é verdade que se precisa pensar cada conceito como uma representação **contida** num número infinito de diversas representações possíveis (como sua característica comum), portanto **contendo** *sob si* tais representações; mas nenhum conceito como tal pode ser pensado como se **contivesse** *em si* um número infinito de representações (KrV B 39-40 – o itálico é de Kant, o negrito é nosso).

Kant, com o auxílio da lógica geral, reformulará esse argumento, mas ele não teria nenhuma força probante sem a descoberta de propriedades irredutíveis conceitualmente e obtidas por intermédio das contrapartidas incongruentes. São essas propriedades que Kant afirmará que teriam de ser construídas sobre uma base intuitiva pura e a priori, que seria o espaço, no qual seriam projetadas e coordenadas todas as nossas intuições empíricas. Kant descobre, por conseguinte, propriedades que são irredutíveis à forma do conceito, e que tem de ser, por conseguinte, exclusivas de uma forma pura da intuição. Essa diferença será elaborada pelo uso das expressões conter em si (*enthaltten in sich*) e conter sob si (*enthaltten unter sich*). A segunda expressão, conter sob si (*enthaltten unter sich*), é bem pouco usual na língua alemã, e sua tradução literal também resulta em algo impróprio em língua portuguesa¹². É claro que um leitor atento

¹² A tradução do texto supracitado (KrV B40) é de lavra de Valério Rohden (Kant, 1987, p. 41), que verte com muita fidelidade o original alemão, mantendo a raiz do verbo “*enthaltten*”. A versão portuguesa (Kant, 1994, p. 66) optou por “subsumindo-as” (sem marcar o itálico de Kant), numa tradução mais livre,

poderia perguntar o que significa “conter sob si”? Por isso mesmo, esse uso irregular revela todo o esforço de Kant para cindir radicalmente o universo das representações entre representações conceituais e representações intuitivas. O espaço, por conseguinte, *contém em si* todas as suas partes, que têm de estar disponíveis efetivamente em sua extensão indemarcável. Nenhuma dessas partes pode lhe pertencer como se lhe estivesse subsumida à maneira de uma nota ou característica comum, ou seja, nenhuma dessas partes pode lhe pertencer como se o espaço as *contivesse sob si*. Contra Leibniz, portanto, Kant está afirmando o fato da extensão dada no espaço intuitivo em oposição às relações construídas em um espaço relacional abstraído. A conclusão desse quarto item, acerca do espaço, explicita justamente, com os grifos de Kant, sua contraposição com Leibniz: “A representação originária do espaço é, portanto, *intuição* a priori e não *conceito*” (KrV B40).

A Exposição Metafísica do conceito de tempo não formula isso de maneira tão explícita¹³, mas pode ser lida como se fizesse parte do mesmo problema. Kant aí afirma:

Mas onde as próprias partes e cada magnitude de um objeto podem ser representadas determinadamente apenas por limitação, a inteira representação não tem que ser dada por conceitos (pois estes só *contêm (enthalten) representações parciais*), mas tem que lhes subjazer uma intuição imediata (KrV B 48 – o itálico é nosso).

Sem o auxílio aqui da Lógica Geral, podemos confundir os conceitos de “limitação” e “representação parcial”, porque parte e limite parecem ser coisas muito próximas do ponto de vista semântico. No entanto, são antípodas na compreensão de Kant. Uma representação parcial, ou nota, é fundamento de conhecimento de uma representação total ou conceito. Na *Lógica* de Jäsche, Kant afirma que “todos os nossos conceitos (*Begriffe*) são, portanto, notas (*Merkmale*) e todo pensar não é senão

para se apropriar do sentido de “*enthalten unter sich*”. A versão italiana (Kant, 2007, p. 121) utilizou “le comprenda *sotto di se*” para traduzir o mesmo verbo. O recurso a uma tradução mais livre talvez mostre a dificuldade de expressar o ato de conter algo *sob si*, reivindicado por Kant de forma clara no original alemão.

¹³ Conquanto já tenha sido dito que não é objetivo aqui comentar a *Dissertação* de 1770, é digno de nota, nesse caso, que o final do item 2, sobre o tempo (MSI, AA02: 399), registra justamente, de modo ainda mais explícito, uma passagem equivalente com o verbo “*contineo*” somado à preposição “*sub*”. Esse verbo é vertido pelos tradutores em língua portuguesa por “conter sob si” (Kant, 1985, p. 57; 2005a, p. 248); o mesmo ocorre nessa tradução para o inglês, “*contained under*” (Kant, 2003, p. 399), e o próprio tradutor alemão reverte o verbo em latim para “*enthalten unter*” (Kant, 1983, p. 49), conforme entendido por Kant no texto da primeira crítica.

representar por notas” (Log AA 09: 58). Todo conhecimento obtido dessa forma, para Kant, denomina-se conhecimento discursivo. Inversamente, todo conhecimento obtido por limitação de uma grandeza denomina-se, para Kant, conhecimento intuitivo. Sua característica fundamental – retornando à determinação do espaço – é que ele tem de conter em si, e não sob si, todas as suas partes, as quais, por serem contínuas, somente podem ser demarcadas por uma limitação arbitrária da grandeza que elas integram.

Portanto, na Exposição Metafísica, Kant operará com uma distinção fundamental que constrói em contraposição a Leibniz, a partir da descoberta de representações da sensibilidade que são irreduzíveis à forma conceitual. Assim, o conjunto de nossas representações se torna irreduzivelmente cindido. De um lado, há conceitos que são representações totais formadas por representações parciais ou notas (Log AA 09: 58); de outro lado, há intuições que são representações contínuas e infinitas, determinadas parcialmente por limitações (KrV B39-40, B47-48). Nesse exame comparativo, contrapondo itens da Exposição Metafísica da Estética Transcendental, observamos que Kant insiste no caráter não discursivo do espaço e do tempo, chamando atenção para o fato de que nessas representações não existem notas comuns. Portanto, nesse tipo de conhecimento não existe a possibilidade de subordinação de representações, que é o ato característico do conhecimento discursivo. Em oposição a isso, Kant acentua o papel do ato não empírico de coordenação das representações, que não pode ser extraído da afecção produzida pelos objetos nem pode ser abstraído de uma relação entre as partes dos objetos e reduzido a uma forma de conhecimento conceitual.

A segunda implicação da tese da limitação de uma intuição está no fato epistêmico de que, enquanto representação imediata, ela tem que ser dada como infinita. No quarto item da Exposição Metafísica do conceito de espaço, Kant afirma: “O espaço é representado como uma magnitude infinita dada” (KrV B 39). No quinto item da Exposição Metafísica do conceito de tempo, Kant afirma: “A infinitude do tempo nada mais significa senão que toda magnitude determinada do tempo só é possível mediante limitações de um tempo uno subjacente” (KrV B 48-49). Esse é o ponto de maior aproximação entre Kant e Newton, a saber, conceber o espaço como uma grandeza infinita dada. Mas, enquanto em Newton esse espaço infinito é absoluto, em Kant esse espaço infinito é dependente do sujeito, ou seja, lhe pertence como forma pura da sensibilidade. Em Newton, essa hipótese de um espaço universal absoluto é construída

de modo dogmático; em Kant, ela deveria ser construída a partir da filosofia crítica. Contudo, ela jamais deixaria de ser dogmática, se não pudesse se arrimar no texto “Sobre o primeiro fundamento da distinção de direções no espaço”, pois é nesse texto que Kant percebe a necessidade de que o todo, caso deva ser compreendido como uma grandeza intuitiva, tenha de preceder suas partes. Já no início desse texto, Kant expõe esse argumento:

Em tudo que seja extenso, a posição de suas partes umas em relação às outras pode ser conhecida suficientemente pela consideração da própria coisa extensa; mas a direção para a qual essa ordenação das partes está orientada refere-se ao espaço fora dela, e na verdade não aos seus lugares, pois isso nada mais seria do que a posição das partes mesmas em uma relação externa, mas sim *ao espaço universal como unidade*, do qual cada extensão tem de ser vista como uma parte (GUGR AA 02: 377-378 – grifo nosso).

Poderia ser posto como objeção o fato de nesse texto Kant adotar uma posição newtoniana, referindo-se, no decorrer da argumentação, a um espaço universal absoluto, ou seja, a um espaço que existiria independentemente de nós, humanos, e que formaria objetivamente o receptáculo de todas as coisas. No entanto, por maior que seja a diferença entre o espaço como forma pura subjetiva da sensibilidade e o espaço como forma objetiva e absoluta do universo, ainda remanesce um decisivo fator de identidade entre os dois autores, a saber, a tese de que há um todo, dado e ilimitado, que forçosamente tem de preceder suas partes.

4. À guisa de conclusão

O argumento da intuitividade do espaço é exclusivamente kantiano, construído em oposição a Leibniz, mas para caracterizá-lo assim (como intuitivo), Kant depende do conceito de infinitude, cujo primeiro registro, nesse sentido, aparece no texto de 1768, mediante referência clara a Newton. Somente se o espaço fosse definido como intuitivo ele poderia guardar em si propriedades não conceituais, discussão que estava na pauta do dia de um autor que queria enfrentar Leibniz. Mas essa definição de intuitivo dependia de que o espaço fosse concebido como grandeza infinita, uma, na qual o todo precede suas partes, as quais estariam contidas em si e não sob si.

É difícil fazer uma análise do texto de 1768, porque, nele, conquanto Kant tenha deixado de ser leibniziano, se arrima provisoriamente em Newton. Ou seja, Kant ainda não tinha encontrado nenhum expediente que lhe possibilitasse ser o filósofo que engendrou o programa de pesquisa da filosofia crítica. No entanto, dos exemplos empíricos que aí são examinados como se fossem objetos matemáticos, Kant extrai duas notas importantíssimas que formam o fio condutor dos itens 3 e 4 da Exposição Metafísica do conceito de espaço, e dos itens 4 e 5 da Exposição Metafísica do conceito de tempo, a saber: i) o espaço é uma coisa não conceitual e não empírica; ii) o espaço é forçosamente algo que precede suas partes.

Se analisamos os exemplos aí apresentados, tomamos contato direto com argumentos bastante consistentes que nos conduzem forçosamente a concebermos o espaço como uma intuição. Em relação ao tempo, contudo, o mesmo não se aplica de modo tão explícito. O tempo já possui uma orientação, mas é destituído de contrapartidas incongruentes. Se a geratriz da noção de intuição for o texto de 1768 sobre as contrapartidas incongruentes, isso significa que Kant, por meio do estudo desse problema matemático, estabeleceu primeiramente o espaço como um produto não conceitual e, a seguir, transferiu suas propriedades para a noção de tempo, situando ambos na sensibilidade.

Referências

AMARAL, Lucas Alessandro Duarte. (2016). Origens e antecedentes da intuição pura do espaço em Kant (1768-1769). In: *Studia Kantiana*, v. 14, n. 22, dez., pp. 105-120.

BUROKER, Jill Vance. (1981). *Space and Incongruent. The Origin of Kant's Idealism*. Dordrecht, Holland: Reidel.

CASSIRER, Ernst. (1922). *Das Erkenntnisproblem in der Philosophie und Wissenschaft der neueren Zeit*. Dritte Auflage. Berlin: Bruno Cassirer.

DIETRICH, Albert Johannes. (1997 [2. Reprint]). *Kants Begriff des Ganzen in seiner Raum-Zeitlehre und das Verhältnis zu Leibniz*. [Halle, 1916]. Hildesheim; New York: Olms.

DUFOUR, Éric; SERVOIS, Julien. (2005). Le statut de l'espace esthétique dans la philosophie kantienne. *Kant-Studien*, 96(2), pp. 161-181.

FALKENSTEIN, Lorne. (1995). *Kant's Intuitionism: A commentary on the Transcendental Aesthetic*. Toronto: University of Toronto Press.

FICHANT, Michel. (1997). “L’espace est représenté comme une grandeur infinie donnée”: la radicalité de l’esthétique. *Philosophie*, Paris, Minuit, Décembre, n° 56, pp. 20-48.

_____. (1999). Espaço estético e espaço geométrico em Kant. *Analytica*, Rio de Janeiro, v. 4, n° 2, pp. 11-32.

FRIEDMAN, Michael. (2012). Geometria e intuição espacial em Kant. *Kant e-Prints*. Campinas, Série 2, v. 7, n. 1, pp. 02-32, número especial, jan.-jun.

KANT, Immanuel. (1923). *Kant’s Gesammelte Schriften*. Hrsg. von der Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaften. Berlin und Leipzig: W. de Gruyter.

_____. (1987). *Crítica da razão pura*. Tradução de Valerio Rohden e Udo Baldur Moosburger. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural.

_____. (1994). *Crítica da razão pura*. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Calouste Gulbenkian.

_____. (2007). *Critica della ragion pura*. Traduzione di Costantino Esposito. Milano: Bompiani.

_____. (1983). De mundi sensibilis atque intelligibilis forma et principiis. In: _____. *Werke in zehn Bänden*. 5. Aufl. Hrsg. von Wilhelm Weischedel. Mit einer Übersetzung von Norbert Hinske. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, Bd. 5.

_____. (1985). *Dissertação de 1770*. Tradução, apresentação e notas de Leonel Ribeiro dos Santos. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

_____. (2005a). Forma e princípios do mundo sensível e do mundo inteligível. Tradução de Paulo Roberto Licht dos Santos. In: _____. *Escritos pré-críticos*. São Paulo: Editora UNESP. pp. 219-282.

_____. (2003). On the form and principles of the sensible and the intelligible world. Tradução de David Walford com colaboração de Ralf Meerbote. In: _____. *Theoretical philosophy, 1755-1770*. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 273-416.

_____. (2005b). Ensaio para introduzir a noção de grandezas negativas em filosofia. Tradução de Vinicius de Figueiredo e Jair Barboza. In: _____. *Escritos pré-críticos*. São Paulo: Editora UNESP. p. 51-99.

_____. (2005c). Investigação sobre a evidência dos princípios da teologia natural e da moral. Tradução de Luciano Codato. In: _____. *Escritos pré-críticos*. São Paulo: Editora UNESP. p. 101-140.

_____. (1998). *Manual dos cursos de Lógica Geral*. Tradução e apresentação de Fausto Castilho. Edição bilíngue. Campinas: IFCH-UNICAMP; Uberlândia: EDUFU. [Foi aqui utilizada a seguinte edição de referência: _____ (1923). *Logik, ein Handbuch zu Vorlesungen*. Bd. 9, S. 11-150. In: *Kant's Gesammelte Schriften*. Hrsg. von der Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaften. Berlin und Leipzig: W. de Gruyter.].

_____. (1997). Sobre o primeiro fundamento da distinção de direções no espaço. *Cadernos de Filosofia Alemã*, nº 2, pp. 61-75. Tradução de Rogério Passos Severo.

KAUARK-LEITE, Patricia. (2017). On the Epistemic Status of Absolute Space: Kant's *Directions in Space* Read from the Standpoint of his Critical Period. *Kant-Studien*, 108(2), pp. 175-194.

KEMP SMITH, Norman. (1979). *A commentary to Kant's 'Critique of Pure Reason*. [2ª ed. reimpressa]. London: The Macmillan Press.

MARCUCCI, Silvestro. (1977). *Kant e le scienze*. Scritti scientifici e filosofici. Scelta, introduzione, traduzione e commento de Silvestro Marcucci. Padova: Liviana Editrice.

SANTOS, Leonel Ribeiro dos. (1994). Crítica e metafísica: A interpretação kantiana de Leibniz. In: _____. *A razão sensível*. Estudos Kantianos. Lisboa: Edições colibri. pp. 99-116.

SEVERO, Rogério Passos. (2000). *Que significa orientar-se? Contrapartidas incongruentes e identificação demonstrativa*. 226 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

VAN CLEVE, James; FREDERICK, Robert E. (eds.). (1991). *The Philosophy of Right and Left: Incongruent Counterparts and the Nature of Space*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.

WILSON, Kirk Dallas. (1975). Kant on Intuition. *The Philosophical Quarterly*, v. 25, nº 100, Jul., pp. 247-265.